



A IMPORTÂNCIA DA ZONA FRANCA DE MANAUS PARA O DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO DA REGIÃO NORTE DO BRASIL

Alexandra Rodrigues Figueiredo, Ana Flávia de Souza e Silva, Maria Cristina Dorado Campos, José Carlos Alves Roberto, Victor da Silva Almeida



<https://doi.org/10.36557/2009-3578.2025v11n2p2439-2456>

Artigo recebido em 29 de Julho e publicado em 9 de Setembro de 2025

ARTIGO ORIGINAL

RESUMO

O presente estudo tem como objeto de análise a Zona Franca de Manaus (ZFM), modelo de desenvolvimento regional criado em 1967 com o propósito de promover a industrialização, a geração de empregos e a integração socioeconômica da Amazônia ao restante do país. Sua relevância justifica-se pela importância estratégica para o desenvolvimento da região Norte, especialmente diante das dificuldades históricas relacionadas ao isolamento geográfico, à carência de infraestrutura e à dependência de atividades extrativistas. A pergunta norteadora que orienta a pesquisa é: *De que forma a Zona Franca de Manaus tem contribuído para o desenvolvimento econômico, social e ambiental da região Norte do Brasil, e quais os principais desafios e oportunidades para a sua sustentabilidade a longo prazo?* O objetivo geral consiste em analisar a contribuição da ZFM para o desenvolvimento regional, identificando seus impactos econômicos, sociais e ambientais, bem como mapeando desafios e oportunidades futuras. A metodologia adotada é qualitativa quanto à natureza, exploratória-descritiva quanto aos fins e bibliográfica quanto aos meios, fundamentando-se em artigos científicos, livros, dissertações, teses e documentos oficiais, com ênfase em estudos recentes. Espera-se que o estudo evidencie a relevância da ZFM como motor econômico e social da Amazônia, destacando avanços na industrialização, geração de renda e infraestrutura, ao mesmo tempo em que aponte a necessidade de diversificação produtiva, incentivo à bioeconomia e adoção de práticas sustentáveis para garantir a perenidade do modelo no contexto das transformações econômicas e ambientais globais.

Palavras-chave: Zona Franca de Manaus. Desenvolvimento Regional. Sustentabilidade. Industrialização. Bioeconomia.



1. INTRODUÇÃO

O presente estudo configura-se como uma pesquisa bibliográfica, desenvolvida com o propósito de aprofundar a compreensão sobre a Zona Franca de Manaus (ZFM) e sua relevância para o desenvolvimento socioeconômico da região Norte do Brasil. Criada oficialmente em 1967, por meio do Decreto-Lei nº 288, a ZFM consolidou-se como um dos mais importantes instrumentos de política pública para a industrialização, geração de empregos e integração territorial da Amazônia. Sua importância transcende aspectos econômicos, abrangendo também dimensões sociais e ambientais, o que justifica a necessidade de uma análise detalhada sobre sua contribuição, seus desafios e perspectivas. A origem histórica do problema que motivou a criação da ZFM remonta às dificuldades estruturais e à baixa integração econômica da Amazônia com o restante do país nas décadas de 1950 e 1960.

A ausência de infraestrutura, a distância dos centros consumidores e a dependência de atividades extrativistas limitavam o desenvolvimento regional. A instituição do modelo buscou corrigir essas desigualdades, atraindo investimentos, promovendo industrialização e fortalecendo a presença do Estado em uma área estratégica. Nesse sentido, o objetivo geral deste estudo é analisar a contribuição da Zona Franca de Manaus para o desenvolvimento econômico, social e ambiental da região Norte, identificando também os principais desafios e oportunidades para sua sustentabilidade futura. Conforme Lakatos e Marconi (2017, p. 195), a pergunta norteadora “é o problema que se pretende resolver com a pesquisa, ou seja, o ponto de partida do processo de investigação”, enquanto, para Gil (2017, p. 40), ela “é a dúvida que o pesquisador se propõe a resolver, o que direciona todo o trabalho de pesquisa”.

Assim, a pergunta que guia este estudo é: De que forma a Zona Franca de Manaus tem contribuído para o desenvolvimento econômico, social e ambiental da região Norte do Brasil, e quais os principais desafios e oportunidades para a sua sustentabilidade a longo prazo? A pesquisa caracteriza-se, quanto à natureza, como qualitativa, pois busca compreender o fenômeno em profundidade; quanto aos fins, é exploratória-descritiva, na medida em que explora diferentes dimensões da ZFM e descreve seus impactos, desafios e oportunidades e quanto aos meios, trata-se de uma pesquisa bibliográfica, baseada na análise de livros, artigos científicos, dissertações, teses e documentos oficiais, priorizando estudos recentes para garantir a atualidade das informações.

Para alcançar o objetivo proposto, foram definidos objetivos específicos que orientaram a investigação: analisar a evolução histórica e marcos regulatórios da ZFM; identificar seus impactos econômicos, como geração de empregos, atração de investimentos e contribuição para o PIB; avaliar os impactos sociais, incluindo mudanças na qualidade de vida e no perfil populacional; discutir as implicações ambientais e práticas de sustentabilidade; e mapear desafios e oportunidades para sua perenidade. Esses objetivos foram integrados de forma a permitir uma visão ampla e articulada, relacionando os dados encontrados na literatura com o diagnóstico das principais questões que afetam o modelo.

Espera-se que este estudo apresente uma análise crítica e abrangente sobre a Zona Franca de Manaus, evidenciando seus resultados positivos, mas também apontando limitações e riscos à sua continuidade. As estratégias



projetadas incluem a diversificação da matriz produtiva, o incentivo à bioeconomia, o fortalecimento de cadeias produtivas locais e a integração de práticas de sustentabilidade, de forma a contribuir com subsídios para o debate acadêmico e para a formulação de políticas públicas voltadas à manutenção e aprimoramento da ZFM.

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 A Origem e o Propósito da Zona Franca de Manaus

Segundo Souza e Oliveira Junior (2020), a criação da Zona Franca de Manaus (ZFM) representou uma das mais significativas iniciativas de política econômica e de integração nacional do Brasil no século XX, especialmente voltada para o desenvolvimento da região amazônica. Durante as décadas de 1960 e 1970, o país atravessava um período de intensas transformações políticas, econômicas e sociais, marcado pelo regime militar instaurado em 1964 e pela implementação de planos de desenvolvimento que buscavam modernizar a economia, ampliar a industrialização e reduzir desigualdades regionais. Nesse contexto, a Amazônia apresentava-se como um território estratégico, mas também como uma das regiões mais isoladas e economicamente frágeis do país, com baixa densidade populacional, infraestrutura incipiente e quase nenhuma atividade industrial estruturada.

O cenário da época revelava uma Amazônia economicamente dependente de atividades extrativistas, como a exploração de borracha, castanha e madeira, cujo auge havia ocorrido nas primeiras décadas do século XX, mas que já se encontrava em declínio. A ausência de infraestrutura de transporte, comunicação e energia, aliada à distância dos principais centros consumidores, dificultava a atração de investimentos e a inserção da região no processo de industrialização que avançava em outras partes do Brasil. Além disso, a ocupação humana era limitada, e o Estado brasileiro percebia a necessidade de estabelecer políticas que não apenas promovessem o crescimento econômico, mas também reforçassem a soberania nacional em uma região considerada estratégica do ponto de vista geopolítico, por suas fronteiras internacionais e riquezas naturais (Neves, 2019).

Diante desse panorama, em 1967 foi promulgado o Decreto-Lei nº 288, que reformulou o modelo inicial da Zona Franca de Manaus, criado ainda em 1957 pela Lei nº 3.173. O decreto conferiu novos contornos e maior abrangência ao projeto, transformando-o em um polo industrial, comercial e agropecuário com regime tributário diferenciado, isento de tributos como o Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), Imposto de Importação, PIS e Cofins. Essas isenções visavam atrair empresas nacionais e estrangeiras, impulsionar a industrialização, gerar empregos e promover o adensamento populacional. Além disso, o decreto estabeleceu a Superintendência da Zona Franca de Manaus (SUFRAMA) como órgão gestor responsável por administrar e fiscalizar o funcionamento do modelo, garantir a execução das políticas de incentivos e fomentar investimentos (Santos, 2024).

Os objetivos iniciais da ZFM eram claros e multifacetados. Em primeiro lugar, buscava-se promover o desenvolvimento regional, reduzindo as disparidades socioeconômicas entre a Amazônia e o restante do país. Em segundo lugar, pretendia-se assegurar a integração nacional, fortalecendo a presença do Estado em uma área de grande importância estratégica e geopolítica. Em terceiro lugar, a ZFM tinha um papel na segurança e soberania nacional, uma vez que a ocupação econômica e demográfica da região



contribuía para a proteção de fronteiras e para a afirmação do controle brasileiro sobre um território rico em recursos naturais. Por fim, havia o intuito de diversificar a base produtiva da Amazônia, substituindo gradualmente a economia extrativista por um parque industrial moderno e competitivo (Rey, 2019).

Durante os anos 1970, o modelo começou a mostrar seus primeiros resultados, com a instalação de indústrias do setor eletroeletrônico, de duas rodas e de bens de consumo duráveis, além da geração de empregos diretos e indiretos. Apesar dos desafios logísticos e da dependência dos incentivos fiscais, a Zona Franca de Manaus consolidou-se como um mecanismo central para a atração de investimentos e para o redesenho socioeconômico da capital amazonense. Assim, a ZFM emergiu não apenas como um instrumento econômico, mas também como um projeto de Estado, articulando interesses de desenvolvimento, integração territorial e preservação da soberania nacional sobre a Amazônia.

2.2 Modelo de Incentivos Fiscais e Tributários

Segundo Lima e Jorge (2023), o modelo de incentivos fiscais e tributários da Zona Franca de Manaus foi concebido como um instrumento estratégico para promover o desenvolvimento econômico da Amazônia, compensando as desvantagens logísticas e estruturais decorrentes de sua localização geográfica. Instituído pelo Decreto-Lei nº 288, de 28 de fevereiro de 1967, esse sistema estabeleceu um regime diferenciado de tributação, com o objetivo de atrair investimentos e viabilizar a instalação de um parque industrial moderno e competitivo em uma região historicamente marcada pelo isolamento e pela baixa infraestrutura.

Entre os benefícios mais relevantes, destacam-se as isenções de impostos federais, como o Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), o Imposto de Importação (II), o Programa de Integração Social (PIS) e a Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins). Tais incentivos abrangem tanto a importação de insumos, máquinas e equipamentos, quanto a produção e comercialização de bens dentro do território nacional. Além disso, no âmbito estadual, há a aplicação de mecanismos como o crédito estímulo do ICMS, que reduz a carga tributária e aumenta a competitividade das empresas instaladas na região (Chaar e Ramos Filho, 2024).

O funcionamento desse modelo baseia-se na lógica de que a redução de tributos compensa os custos adicionais de produção e transporte, permitindo que a indústria local concorra em igualdade de condições com empresas situadas em regiões mais próximas dos grandes centros consumidores e fornecedores. Essa estratégia também favorece a diversificação produtiva, atraindo empresas de diferentes setores, como eletroeletrônicos, motocicletas, produtos químicos, plásticos, informática e bens de consumo duráveis.

Outro aspecto fundamental do modelo é o papel da Superintendência da Zona Franca de Manaus (SUFRAMA), órgão responsável por administrar, fiscalizar e regulamentar os incentivos, garantindo que as empresas beneficiadas cumpram contrapartidas, como geração de empregos, investimento em pesquisa e desenvolvimento e adoção de práticas de sustentabilidade. A atuação da SUFRAMA busca assegurar que os incentivos fiscais não se transformem apenas em benefícios financeiros para empresas, mas que resultem em impactos concretos no desenvolvimento socioeconômico regional (Lisboa, 2022).



Apesar de sua relevância para a manutenção do Polo Industrial de Manaus, o modelo enfrenta críticas e desafios. Há questionamentos sobre a dependência excessiva da economia local em relação aos incentivos, o que pode gerar vulnerabilidade frente a mudanças na política tributária nacional. Outro ponto de debate refere-se à necessidade de diversificação econômica e tecnológica, reduzindo a concentração produtiva em poucos setores e fortalecendo cadeias produtivas locais. Além disso, a competitividade global e as pressões por sustentabilidade demandam ajustes no modelo, de forma a integrá-lo a novas tendências, como a bioeconomia e a economia digital (Carvalho Filho, 2022).

O modelo de incentivos fiscais e tributários da Zona Franca de Manaus é o principal mecanismo que viabiliza a permanência e expansão de atividades industriais na região. Sua concepção buscou alinhar interesses econômicos, sociais e estratégicos, ao mesmo tempo em que promove a integração nacional e a ocupação produtiva da Amazônia. Contudo, a manutenção e o aprimoramento desse modelo dependem de políticas que conciliem a atratividade econômica com a sustentabilidade ambiental e a redução das desigualdades regionais, garantindo sua relevância e eficácia no longo prazo (Brasil, 2024).

Tabela 1 – Principais Incentivos da ZFM

Tipo de incentivo	Descrição	Base legal	Benefício
IPI	Isenção total	Decreto-Lei nº 288/1967	Reduz preço final do produto
II (Importação)	Isenção de máquinas e insumos	Decreto-Lei nº 288/1967	Facilita modernização tecnológica
PIS/Cofins	Suspensão	Lei 10.865/2004	Reduz carga sobre insumos
ICMS (estadual)	Crédito estímulo	Lei Estadual AM nº 2.826/2003	Aumenta competitividade local

Fonte: Adaptado Suframa, 2024.

2.3 Os Impactos Multidimensionais da Zona Franca de Manaus: Economia, Sociedade e Meio Ambiente

A Zona Franca de Manaus (ZFM) constitui um dos mais importantes modelos de desenvolvimento regional do Brasil, sendo responsável por influenciar de forma significativa as dimensões econômica, social e ambiental da região Norte. Desde sua criação, buscou-se não apenas estimular a atividade industrial e comercial, mas também promover melhorias sociais e contribuir para a preservação da floresta amazônica por meio de políticas de ocupação planejada e incentivo à sustentabilidade. Ao longo das décadas, esse modelo gerou efeitos expressivos, mas também desafios que exigem atenção constante



do poder público e da sociedade. A seguir, apresentam-se os principais impactos da ZFM sob três perspectivas distintas: econômica, social e ambiental (Portela, 2025).

2.3.1 Impactos Econômicos da ZFM

A contribuição econômica da Zona Franca de Manaus é evidente na transformação estrutural da economia amazonense e na sua inserção no cenário nacional e internacional. Desde a implementação do modelo, observou-se uma profunda diversificação produtiva, com a instalação de indústrias de setores estratégicos, como eletroeletrônicos, duas rodas, informática, químicos e bens de consumo duráveis. Essa expansão industrial permitiu não apenas a criação de um polo competitivo, mas também a integração do Amazonas a cadeias produtivas globais (Rodrigues *et al.*, 2024).

Tabela 2 - Indicadores Econômicos da ZFM

Indicador	Valor aproximado	Fonte
Faturamento anual do PIM	R\$ 174 bilhões	SUFRAMA (2024)
Empregos diretos	106 mil	SUFRAMA (2024)
Empregos indiretos	~500 mil	FGV (2025)
Participação no PIB do AM	~22%	FGV (2025)

Fonte: Adaptado Suframa, 2024; FGV, 2025.

Um dos efeitos mais expressivos é a geração de empregos diretos e indiretos. O Polo Industrial de Manaus emprega milhares de trabalhadores, influenciando positivamente a renda e o consumo na região. Esses empregos, por sua vez, têm efeito multiplicador, estimulando atividades nos setores de comércio, serviços, transporte e construção civil. Além disso, a atração de investimentos nacionais e estrangeiros se consolidou como fator determinante para o crescimento da infraestrutura local e para o fortalecimento da base tecnológica das empresas instaladas (Gurgel *et al.*, 2025).

Outro indicador relevante é a ZFM contribui de forma significativa para o Produto Interno Bruto (PIB) do Amazonas e da região Norte, gerando riqueza e arrecadação que fortalecem as finanças estaduais e municipais, possibilitando investimentos em áreas como educação, saúde e transporte. Em comparação com outras zonas de livre comércio no mundo, a ZFM apresenta um desempenho diferenciado, pois alia incentivos fiscais a objetivos estratégicos de integração nacional e ocupação territorial, não se restringindo apenas ao comércio de mercadorias, mas incorporando também um parque industrial robusto (Portela, 2025).



2.3.2 Impactos Sociais da Zona Franca de Manaus

No campo social, a Zona Franca de Manaus transformou o perfil urbano e populacional da capital amazonense e de áreas adjacentes. A instalação do polo industrial impulsionou um intenso processo de migração interna, atraindo trabalhadores de diferentes estados brasileiros em busca de oportunidades de emprego. Esse movimento contribuiu para o crescimento populacional acelerado e para a expansão da malha urbana, alterando de forma significativa a configuração socioespacial da cidade (Silva; Simão; Fonseca, 2024).

Tabela 3 – Impactos Sociais Associados à ZFM

Dimensão	Efeito observado	Fonte
Migração	Fluxo intenso de trabalhadores para Manaus desde os anos 70	Silva; Simão; Fonseca (2024)
Qualificação	Ampliação de cursos técnicos e parcerias com universidades	Gurgel et al. (2025)
Renda	Aumento da renda média na capital amazonense	FGV (2025)
Desafios	Déficit habitacional, trânsito e desigualdades persistentes	Portela (2025)

Fonte: Adaptado de Silva; Simão; Fonseca (2024); Gurgel et al. (2025); FGV (2025); Portela (2025).

A melhoria da qualidade de vida é outro ponto de destaque. A elevação da renda média, associada à ampliação de serviços públicos e privados, resultou em maior acesso a bens de consumo, educação e saúde. Ao mesmo tempo, o desenvolvimento industrial incentivou a formação e qualificação de mão de obra, com a oferta de cursos técnicos, programas de treinamento e parcerias com instituições de ensino superior. Essa qualificação contribuiu para a criação de um mercado de trabalho mais especializado e alinhado às demandas tecnológicas do setor produtivo (Gurgel *et al.*, 2025). Contudo, o crescimento acelerado também trouxe desafios sociais relevantes. O inchaço urbano gerou problemas de infraestrutura, como déficit habitacional, trânsito congestionado e pressão sobre serviços públicos. A desigualdade social persiste como um obstáculo, com a coexistência de áreas de alto padrão e regiões carentes. Além disso, a informalidade no mercado de trabalho ainda é uma realidade para parte da população, especialmente em setores não diretamente vinculados ao Polo Industrial de Manaus. Tais questões exigem políticas integradas que associem o crescimento econômico à inclusão social e à melhoria da qualidade de vida para todos (Portela, 2025).



2.3.3 Impactos Ambientais e Sustentabilidade

A presença de um polo industrial em plena Amazônia impõe uma série de desafios ambientais. A instalação e operação de fábricas demandam cuidados rigorosos com o manejo de resíduos, o consumo de energia e a emissão de poluentes. Ao longo dos anos, políticas ambientais foram implementadas para minimizar impactos, incluindo a exigência de licenciamento ambiental, a adoção de tecnologias mais limpas e a realização de programas de compensação ambiental (Portela, 2025).

Ao mesmo tempo, o modelo da ZFM tem sido apontado como uma estratégia indireta de preservação da floresta. Ao concentrar atividades econômicas em áreas urbanas já ocupadas, reduz-se a pressão sobre áreas de floresta, evitando o avanço desordenado de atividades como a pecuária extensiva e o desmatamento ilegal. A lógica defendida é que o desenvolvimento econômico concentrado, aliado a incentivos fiscais, pode coexistir com a preservação ambiental, desde que haja fiscalização e investimentos em práticas sustentáveis (Gurgel *et al.*, 2025).

As empresas instaladas no Polo Industrial de Manaus têm ampliado iniciativas de responsabilidade socioambiental, como programas de reciclagem, reaproveitamento de resíduos e uso eficiente de recursos naturais. Além disso, projetos de pesquisa e desenvolvimento voltados para a bioeconomia e para a utilização sustentável dos recursos da floresta ganham espaço como alternativas para diversificação econômica. No entanto, ainda há necessidade de avanços na integração entre desenvolvimento industrial e conservação ambiental, especialmente diante das pressões globais por redução de emissões e proteção da biodiversidade (Silva; Simão; Fonseca, 2024).

Figura 1 - Equilibrando indústria e preservação da Amazônia



Fonte: Acervo próprio, 2025.

2.4 Desafios e Oportunidades Futuras

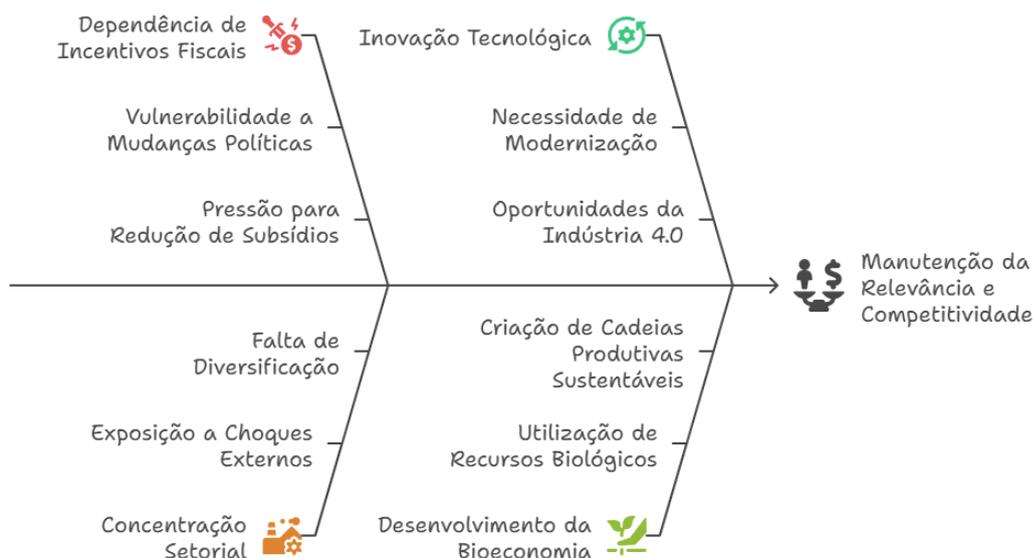
A Zona Franca de Manaus (ZFM), desde sua criação, consolidou-se como um dos pilares do desenvolvimento econômico na região Norte do Brasil, promovendo a industrialização, geração de empregos e a mitigação das desigualdades regionais, além de incentivar a ocupação produtiva sustentável da Amazônia. No entanto, para que a ZFM possa manter sua relevância e competitividade em um contexto global marcado por rápidas transformações



econômicas, tecnológicas e ambientais, é imprescindível que se enfrente uma série de desafios estruturais e que se aproveitem as oportunidades emergentes de inovação e sustentabilidade (Rodrigues *et al.*, 2024).

Um dos principais desafios enfrentados pela Zona Franca é sua acentuada dependência dos incentivos fiscais, mecanismo fundamental para compensar os custos elevados de produção e logística decorrentes da localização geográfica isolada de Manaus. Embora esses benefícios tributários tenham sido essenciais para a criação e consolidação do polo industrial, a dependência excessiva torna o modelo vulnerável a riscos políticos e econômicos, especialmente em um cenário nacional marcado pela revisão frequente de políticas fiscais e pela crescente pressão para reduzir subsídios e renúncias tributárias. Esta situação torna a ZFM vulnerável à perda de competitividade, podendo provocar migração de empresas para outras regiões ou países que ofereçam custos menores. Portanto, é imperativo que a Zona Franca desenvolva mecanismos de competitividade autossustentáveis, baseados na eficiência produtiva, inovação tecnológica e agregação de valor, reduzindo gradativamente a dependência dos incentivos fiscais (Queiroz, Silva e Oliveira, 2021).

Figura 2 - Desafios e Oportunidades Futuras para a Zona Franca de Manaus



Fonte: Acervo próprio, 2025.

Além dessa vulnerabilidade, a concentração da economia local em setores industriais específicos, como eletroeletrônicos, motocicletas e bens de informática, representa outra limitação estrutural da ZFM. Essa concentração setorial expõe a região a choques externos, como crises econômicas globais, mudanças abruptas em tecnologias ou alteração nas cadeias globais de valor, que podem impactar negativamente a produção local. A diversificação econômica, por sua vez, apresenta-se como uma estratégia indispensável para garantir a resiliência e a sustentabilidade do polo industrial. Investir em setores emergentes, que estejam alinhados às potencialidades da região, como a bioeconomia, turismo sustentável, energias renováveis e tecnologia da



informação, é crucial para a ampliação da base produtiva e para a redução dos riscos associados à dependência setorial (Gurgel *et al.*, 2025).

A bioeconomia, em especial, desponta como uma alternativa estratégica com grande potencial para a Zona Franca de Manaus. Ao utilizar recursos biológicos renováveis, associados a conhecimento científico e inovação tecnológica, a bioeconomia promove o desenvolvimento de produtos e serviços sustentáveis que agregam valor à biodiversidade amazônica. Produtos derivados da floresta, tais como óleos essenciais, bioativos para cosméticos, fármacos e alimentos funcionais, podem impulsionar novas cadeias produtivas, gerando emprego e renda, ao mesmo tempo em que fortalecem a conservação ambiental e a valorização das comunidades tradicionais. Para viabilizar essa transformação, a ZFM deve ser fortalecida como um polo logístico e tecnológico que integre empresas, centros de pesquisa, universidades e comunidades locais. Isso demanda investimentos robustos em pesquisa e desenvolvimento (P&D), políticas públicas que incentivem a inovação e o empreendedorismo sustentável, além de um ambiente regulatório que promova certificações ambientais e rastreabilidade, condições fundamentais para conquistar mercados nacionais e internacionais exigentes (Rodrigues *et al.*, 2024).

Outro aspecto crucial para a sustentabilidade e competitividade futura da ZFM é a incorporação da inovação tecnológica e a transição para a Indústria 4.0. Em um mundo onde a automação, digitalização e inteligência artificial se tornam cada vez mais centrais, as empresas precisam modernizar seus processos produtivos para aumentar a produtividade, reduzir custos e acessar novos mercados. A criação de um ecossistema de inovação em Manaus, que envolva a integração entre o Polo Industrial, startups, centros de pesquisa e universidades, pode impulsionar o desenvolvimento de tecnologias inéditas e a geração de conhecimento aplicado, reduzindo a dependência dos incentivos fiscais. A transformação digital abre oportunidades para otimizar a cadeia logística, ampliar a capacidade exportadora e promover o comércio eletrônico, ampliando o alcance e a competitividade das empresas locais. Setores como o de tecnologia da informação e comunicação (TIC) podem ainda gerar empregos qualificados, atraindo profissionais especializados e consolidando a região como um polo de conhecimento e inovação (Do Vale *et al.*, 2024).

A implementação dessas mudanças requer uma agenda estratégica que articule políticas públicas consistentes, investimentos em infraestrutura moderna e sustentável, e a qualificação da mão de obra local. É fundamental promover a formação profissional alinhada às novas demandas tecnológicas e ambientais, de modo a capacitar os trabalhadores para os desafios da bioeconomia, inovação e Indústria 4.0. A articulação entre governo, iniciativa privada e academia torna-se imprescindível para criar um ambiente favorável ao desenvolvimento econômico sustentável e à geração de emprego e renda. O aprimoramento do ambiente regulatório, com regras claras e estáveis, incentiva o empreendedorismo e a atração de investimentos, garantindo a competitividade da ZFM em um cenário global (Neves, 2019).

A Zona Franca de Manaus tem a oportunidade de se reinventar, evoluindo de um modelo tradicional centrado em incentivos fiscais para um polo dinâmico e inovador, que combine desenvolvimento econômico, inclusão social e sustentabilidade ambiental. A integração da bioeconomia, inovação tecnológica e diversificação econômica, aliada a um planejamento estratégico bem estruturado, pode transformar a ZFM em um hub de referência mundial, que



contribua para a preservação da Amazônia e para o progresso socioeconômico da região Norte e do Brasil como um todo. Dessa forma, a ZFM reafirmará seu papel como instrumento fundamental de desenvolvimento regional, alinhado às demandas contemporâneas de sustentabilidade e inovação, garantindo sua relevância e competitividade para as próximas décadas.

3. MÉTODOS

3.1 Quanto à natureza

Segundo Gerhardt e Silveira (2015, p. 31), “a pesquisa qualitativa preocupa-se com aspectos da realidade que não podem ser quantificados, centrando-se na compreensão e explicação da dinâmica das relações sociais”. Nesse sentido, Lakatos e Marconi (2017) explicam que a natureza de uma pesquisa refere-se ao seu enfoque metodológico principal, podendo ser qualitativa, quantitativa ou quali-quantitativa. Na abordagem qualitativa, o pesquisador busca compreender os fenômenos em profundidade, considerando o contexto em que se inserem, sem se restringir a dados numéricos, mas valorizando significados, percepções e interpretações. Essa abordagem permite investigar a complexidade do objeto de estudo, sobretudo quando envolve múltiplas dimensões interligadas, como no caso da Zona Franca de Manaus, que articula questões econômicas, sociais e ambientais. Dessa forma, em concordância com os autores, esta pesquisa classifica-se como qualitativa, pois busca interpretar e compreender o fenômeno estudado a partir de uma análise aprofundada das informações obtidas na literatura especializada.

3.2 Quanto aos fins

Para Prodanov e Freitas (2018, p. 70), “os fins da pesquisa correspondem à sua finalidade principal, que pode ser explorar, descrever, explicar ou aplicar determinado conhecimento”. De acordo com Gil (2017), os fins estão relacionados ao propósito do estudo, podendo a pesquisa ser exploratória, quando se busca maior familiaridade com o problema, ou descritiva, quando se pretende retratar com precisão as características do fenômeno investigado. Em termos mais amplos, uma pesquisa exploratória-descritiva combina a identificação e delimitação de variáveis relevantes com a caracterização detalhada do objeto de estudo, oferecendo um panorama abrangente para análises posteriores. Assim, esta pesquisa tem fins exploratórios e descritivos, uma vez que procura, inicialmente, explorar as múltiplas dimensões da Zona Franca de Manaus, para, em seguida, descrever seus impactos econômicos, sociais e ambientais, além de discutir desafios e oportunidades para sua sustentabilidade.

3.3 Quanto aos meios

Conforme Cervo, Bervian e Silva (2017, p. 62), “os meios de pesquisa indicam os recursos e procedimentos utilizados para alcançar os objetivos propostos”. No entendimento de Severino (2016), a pesquisa bibliográfica consiste no levantamento, seleção e análise de informações já publicadas sobre o tema, abrangendo livros, artigos científicos, teses, dissertações e documentos oficiais. Essa modalidade é especialmente útil para revisões sistemáticas e para a construção de análises críticas, pois permite confrontar diferentes pontos de vista e evidências já registradas. Neste estudo, adotou-se a pesquisa bibliográfica como meio principal, visto que a análise sobre a Zona Franca de



Manaus foi desenvolvida a partir de fontes secundárias, consultando-se publicações científicas, dados oficiais e trabalhos acadêmicos recentes, priorizando aqueles produzidos nos últimos quinze anos para assegurar a atualidade das informações.

4. RESULTADOS

A análise realizada a partir da pesquisa bibliográfica possibilitou compreender de forma integrada os múltiplos impactos da Zona Franca de Manaus (ZFM) na região Norte do Brasil, destacando seus efeitos econômicos, sociais e ambientais, bem como os principais desafios que permeiam sua sustentabilidade no longo prazo. Os resultados aqui apresentados refletem a sistematização de dados e interpretações oriundas de fontes científicas, documentos oficiais e estudos institucionais atualizados, permitindo a construção de um panorama crítico e abrangente do modelo.

No campo econômico, os resultados evidenciam que a ZFM consolidou-se como o principal motor de crescimento da economia amazonense, especialmente por meio do Polo Industrial de Manaus (PIM). Estudos como o de Rodrigues *et al.* (2024) indicam que, desde a década de 1970, a industrialização promovida pelo modelo resultou na diversificação da matriz produtiva, com destaque para os setores eletroeletrônico, duas rodas, químico e de bens de consumo duráveis. A geração de empregos diretos e indiretos mostra-se expressiva, contribuindo significativamente para o aumento da renda regional. Dados da Superintendência da Zona Franca de Manaus (SUFRAMA, 2024) revelam que o PIM é responsável por empregar centenas de milhares de trabalhadores, gerando um efeito multiplicador no comércio, nos serviços e na construção civil. A contribuição para o Produto Interno Bruto (PIB) estadual também é notável, com a ZFM representando parcela substancial da arrecadação de tributos e impulsionando investimentos em infraestrutura.

No âmbito social, os resultados demonstram que o modelo impactou diretamente o perfil populacional e urbano de Manaus e cidades adjacentes. A instalação e a expansão do polo industrial estimularam fluxos migratórios internos, atraindo mão de obra de diversas regiões do país. Esse movimento resultou no crescimento acelerado da malha urbana e na ampliação da oferta de serviços de saúde, educação e transporte. Silva, Simão e Fonseca (2024) destacam que houve melhora nos indicadores de qualidade de vida, com maior acesso a bens de consumo, qualificação profissional e oportunidades de ascensão social. Entretanto, a urbanização rápida também trouxe desafios, como déficit habitacional, pressão sobre serviços públicos e manutenção de desigualdades socioeconômicas.

No que se refere aos impactos ambientais, as evidências apontam para um cenário ambivalente. Por um lado, a concentração industrial em áreas urbanas já ocupadas contribuiu para reduzir a pressão direta sobre a floresta, evitando a expansão desordenada de atividades predatórias. Além disso, empresas do PIM têm implementado iniciativas de sustentabilidade, como reciclagem de resíduos, adoção de tecnologias mais limpas e programas de compensação ambiental (Gurgel *et al.*, 2025). Por outro lado, o modelo enfrenta críticas quanto à necessidade de ampliar práticas de produção sustentável e intensificar a fiscalização ambiental, especialmente diante das exigências globais de redução de emissões e proteção da biodiversidade.



**A IMPORTÂNCIA DA ZONA FRANCA DE MANAUS PARA O DESENVOLVIMENTO
SOCIOECONÔMICO DA REGIÃO NORTE DO BRASIL**

Figueiredo *et. al.*

Outro ponto relevante identificado nos resultados diz respeito aos desafios estruturais e oportunidades futuras. A literatura analisada (Queiroz, Silva e Oliveira, 2021; Do Vale et al., 2024) evidencia que a dependência dos incentivos fiscais representa um risco à perenidade do modelo, tornando-o vulnerável a mudanças nas políticas tributárias nacionais. Nesse sentido, estratégias de diversificação produtiva, especialmente voltadas à bioeconomia e à indústria de base tecnológica, aparecem como alternativas viáveis para garantir maior resiliência econômica. A bioeconomia, em particular, apresenta potencial para gerar produtos e serviços de alto valor agregado, integrando inovação, valorização da biodiversidade amazônica e sustentabilidade ambiental.

Com base no levantamento realizado, é possível afirmar que os resultados confirmam a relevância histórica e estratégica da ZFM para o desenvolvimento da região Norte, ao mesmo tempo em que revelam a necessidade de ajustes para que o modelo se mantenha competitivo e ambientalmente responsável no cenário contemporâneo. Assim, a pesquisa cumpre seu papel de oferecer evidências e análises capazes de subsidiar tanto decisões políticas quanto futuras investigações acadêmicas, reforçando que a Zona Franca de Manaus não deve ser compreendida apenas como um polo industrial isolado, mas como um instrumento multifacetado de integração econômica, social e territorial da Amazônia.



5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo bibliográfico teve como foco analisar a Zona Franca de Manaus (ZFM) e sua relevância para o desenvolvimento econômico, social e ambiental da região Norte do Brasil, partindo do contexto histórico de sua criação e evolução até os desafios e oportunidades atuais. Fundamentada em ampla revisão da literatura, a pesquisa explorou a trajetória do modelo desde sua instituição em 1967, destacando os impactos multidimensionais e as estratégias que têm garantido sua permanência como um dos mais importantes instrumentos de política pública voltados à integração da Amazônia ao cenário nacional e global.

Os objetivos gerais e específicos estabelecidos na introdução foram integralmente atendidos. O objetivo central, de analisar a contribuição da ZFM para o desenvolvimento regional, foi alcançado por meio da investigação de seus marcos históricos, da avaliação de seus impactos econômicos e sociais, e da discussão sobre seus efeitos ambientais e sustentáveis. Entre os objetivos específicos, examinou-se a evolução legislativa e estrutural do modelo, o papel dos incentivos fiscais na atração de investimentos, a geração de empregos diretos e indiretos, a melhoria de indicadores sociais e os desafios logísticos e ambientais. Essas análises foram embasadas em dados de órgãos oficiais, como a SUFRAMA, e em estudos recentes de autores que discutem a competitividade e a sustentabilidade da ZFM.

A questão norteadora proposta: *De que forma a Zona Franca de Manaus tem contribuído para o desenvolvimento econômico, social e ambiental da região Norte do Brasil, e quais os principais desafios e oportunidades para a sua sustentabilidade a longo prazo?* foi respondida de forma clara. Os resultados mostraram que a ZFM tem desempenhado papel decisivo na industrialização, na geração de renda e na melhoria da infraestrutura e dos serviços na região. Ao mesmo tempo, a pesquisa evidenciou que a dependência de incentivos fiscais e a necessidade de diversificação produtiva permanecem como pontos críticos que precisam ser enfrentados para garantir sua perenidade.

A relação entre os resultados obtidos e os objetivos específicos confirma que a hipótese de que a ZFM é um motor relevante para o desenvolvimento regional foi validada. A análise evidenciou a existência de um impacto positivo consistente nos indicadores econômicos e sociais, mas também revelou lacunas na consolidação de práticas sustentáveis e na ampliação da base produtiva, o que reforça a importância de políticas integradas para inovação, bioeconomia e tecnologia.

Conclui-se, portanto, que a ZFM permanece como um pilar estratégico para o desenvolvimento da Amazônia, devendo ser fortalecida e adaptada às novas demandas econômicas, ambientais e tecnológicas. Recomenda-se que futuras pesquisas aprofundem análises comparativas entre a ZFM e outras zonas de livre comércio internacionais, bem como estudos empíricos sobre o impacto de iniciativas de bioeconomia e da Indústria 4.0 na região. Essas investigações poderão contribuir para a formulação de políticas públicas mais eficazes, assegurando que o modelo continue a promover desenvolvimento sustentável e competitivo nas próximas décadas.



6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. SUPERINTENDÊNCIA DA ZONA FRANCA DE MANAUS – SUFRAMA. **Guia dos incentivos fiscais da Zona Franca de Manaus, Amazônia Ocidental e Áreas de Livre Comércio**: marco regulatório. Manaus: SUFRAMA, 2024. Disponível em:

<https://www.gov.br/suframa/pt-br/centrais-de-conteudo/marco/livro1.pdf/view>.

Acesso em: 20 jul. 2025.

CARVALHO FILHO, A. L. **O compliance no direito tributário**: os impactos do compliance tributário fiscal na gestão institucional privada. 2022. Disponível em: <http://repositorio.fdv.br:8080/handle/fdv/1492>. Acesso em: 20 jul. 2025.

CERVO, A. L.; BERVIAN, P. A.; SILVA, R. **Metodologia científica**. 7. ed. São Paulo: Pearson, 2017.

CHAAR, D. F. S.; RAMOS FILHO, C. A. M. **A reforma tributária e os incentivos fiscais da Zona Franca de Manaus**. Revista de Direito Tributário da APET, São Paulo, n. 50, p. 259–285, 30 set. 2024. Disponível em:

<https://revistas.apet.org.br/index.php/rdta/article/view/676>. Acesso em: 20 jul. 2025.

DO VALE, R. V.; GUIMARÃES, G. E.; MARINELLI FILHO, N.; SALAZAR, R. F. S.; CORREA, G. N. **Transformação digital e evolução tecnológica na Zona Franca de Manaus**: caminhos e desafios entre a Indústria 4.0 e a Sociedade 5.0. Aracê, [S. l.], v. 6, n. 4, p. 15327–15351, 2024. DOI:

<https://doi.org/10.56238/arev6n4-253>.

Disponível em: <https://periodicos.newsciencepubl.com/arace/article/view/2259>. Acesso em: 11 ago. 2025.

GERHARDT, T. E.; SILVEIRA, D. T. (org.). **Métodos de pesquisa**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2015. Disponível em:

<https://lume.ufrgs.br/handle/10183/143942>. Acesso em: 12 ago. 2025.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

GURGEL, A.; CERQUEIRA, C.; SERIGATTI, F.; GELCER, D.; ARRUDA DE ANDRADE, J. M.; ALBUQUERQUE, P.; PIERI, R. **Zona Franca de Manaus: impactos, efetividade e oportunidades**. São Paulo: Escola de Economia de São Paulo, Fundação Getúlio Vargas, 2025. Disponível em:

https://eesp.fgv.br/sites/eesp.fgv.br/files/estudos_fgv_zonafranca_manau_abril_2019v2.pdf. Acesso em: 11 ago. 2025.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. **Fundamentos de metodologia científica**. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2017.



LISBÔA, M. R. **Incentivos fiscais sob a óptica da análise econômica do direito**. Revista Tributária e de Finanças Públicas, v. 150, n. 29, 14 jun. 2022. Disponível em: <https://rtrib.abdt.org.br/index.php/rftp/article/view/499>. Acesso em: 17 jul. 2025.

NEVES, F. A. F. **O discurso dos planejadores na Amazônia e a cultura política de realização** = The discourse of planners in the Amazonian and the political culture of achievement. Sequência: Estudos Linguísticos e Literários, [S. l.], n. 108, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.18234/secuencia.v0i108.1741>. Acesso em: 11 ago. 2025.

PORTELA, J. **Reforma tributária e a Zona Franca de Manaus: novos horizontes para o desenvolvimento sustentável**. Coluna do CIEAM, Manaus, 05 fev. 2025. Disponível em: <https://cieam.com.br/coluna-do-cieam/reforma-tributaria-e-a-zona-franca-de-manaus-novos-horizontes-para-o-desenvolvimento-sustentavel>. Acesso em: 20 jul. 2025.

PRODANOV, C. C.; FREITAS, E. C. **Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico**. 3. ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2018. Disponível em: <https://books.feevale.br>. Acesso em: 12 ago. 2025.

QUEIROZ, I. R.; SILVA, C. A.; OLIVEIRA, J. S. **Zona Franca de Manaus: instabilidade do modelo e alternativas para o aproveitamento de seu real potencial**. Pesquisa, Sociedade e Desenvolvimento, v. 10, n. 11, e528101119985, 2021. Disponível em: <https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/19985>. Acesso em: 21 jul. 2025.

REY, K. M. M. **Zona Franca de Manaus: análise dos 50 anos de atuação estatal no âmbito da SUFRAMA em busca da promoção do desenvolvimento da Amazônia**. 2019. Dissertação (Mestrado em Governança e Desenvolvimento) – Escola Nacional de Administração Pública, Brasília, 2019. Disponível em: <https://repositorio.enap.gov.br/bitstream/1/4341/1/Disserta%C3%A7%C3%A3o%20Kamyle%20Medina.pdf>. Acesso em: 11 ago. 2025.

RODRIGUES, Í. S.; NEGREIROS, M. C. V.; ALVES, A. T.; PEREIRA, B. M. **Análise comparativa da economia do Amazonas: antes e depois da implementação da Zona Franca de Manaus – impactos, desafios e oportunidades**. Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação, São Paulo, v. 10, n. 12, dez. 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.51891/rease.v10i12.17172>. Acesso em: 11 ago. 2025.

SANTOS, M. R. P. **Zona Franca de Manaus e reforma tributária: uma análise acerca da importância da manutenção dos incentivos fiscais sobre a região amazônica e as novas perspectivas da PEC 132/2023**. 2024. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) – Universidade Federal da Paraíba, Centro de Ciências Jurídicas, Santa Rita, 2024. Disponível em:



<https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/123456789/31562>. Acesso em: 11 ago. 2025.

SEVERINO, A. J. **Metodologia do trabalho científico**. 24. ed. São Paulo: Cortez, 2016.

SILVA, D. C.; SIMÃO, K. A.; FONSECA, N. A. **Os benefícios e custos sociais da Zona Franca de Manaus e na preservação da floresta amazônica**. Revista FT, v. 29, n. 140, nov. 2024. Disponível em:
<https://revistaft.com.br/os-beneficios-e-custos-sociais-da-zona-franca-de-manaus-e-na-preservacao-da-floresta-amazonica/>. Acesso em: 11 ago. 2025.

SOUZA, R. M. S.; OLIVEIRA JUNIOR, N. J. **Análise da história da Zona Franca de Manaus com base na teoria institucional**. Revista Onis Ciência, Braga, v. 8, n. 25, p. 37-54, maio/ago. 2020. Disponível em:
<https://revistaonisciencia.com/wp-content/uploads/2020/12/ARTIGO-03-Analise-da-Historia-da-Zona-Franca-de-Manaus.pdf>. Acesso em: 11 ago. 2025.